



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARGAS E LIMA

ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO PESSOAL NÃO DOCENTE AO CONSELHO GERAL

REGULAMENTO ELEITORAL

Artigo 1.º

1 - O presente Regulamento define os procedimentos do processo eleitoral do Pessoal Não Docente ao Conselho Geral definido nos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2 - A Eleição dos Representantes do Pessoal Não Docente ao Conselho Geral é efetuada através de votação realizada por escrutínio secreto na qual participa a totalidade do Pessoal Não Docente em exercício de funções.

3 - O processo eleitoral rege-se pela legislação referida no ponto um, pelo Regulamento Interno e pelo presente regulamento.

Artigo 2.º

Composição do Conselho Geral

1 – O Conselho Geral é composto por representantes do pessoal docente, do pessoal não docente, dos discentes, dos pais e encarregados de educação, do município e da comunidade local, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 – O Conselho geral tem a seguinte composição:

- a) Oito representantes do pessoal docente.
- b) Dois representantes do pessoal não docente.
- c) Cinco representantes dos pais e encarregados de educação.
- d) Um representante dos alunos do ensino secundário, maiores de 16 anos.
- e) Dois representantes do município.
- f) Três representantes da comunidade local.

Artigo 3.º

Abertura e divulgação

1 – As eleições para os representantes do Pessoal Não Docente no Conselho Geral são desencadeadas pelo Presidente do Conselho Geral.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

2 – O processo eleitoral para os representantes do Pessoal Não Docente no Conselho Geral será aberto com o presente Regulamento, após aprovação em reunião do Conselho Geral em funções.

3 – O Presidente do Conselho Geral dá conhecimento do presente regulamento mandando-o afixar na escola sede do Agrupamento, nos locais destinados para o efeito e na página eletrónica do Agrupamento, juntamente com a calendarização do processo eleitoral.

Artigo 4.º

Cadernos eleitorais

1 – O caderno eleitoral do Pessoal Não Docente é elaborado pelos Serviços Administrativos e mandado afixar pelo Diretor até oito dias úteis antes da data marcada para o ato eleitoral, nos locais de estilo da Escola Básica e Secundária de Arga e Lima.

2 – Qualquer reclamação referente ao caderno eleitoral é entregue, por escrito, nos Serviços Administrativos da sede do Agrupamento, no horário de expediente, nos dois dias úteis seguintes ao da sua publicação.

3 – Das reclamações, o Diretor decidirá nos dois dias úteis seguintes à sua apresentação, mandando, de imediato, proceder à retificação dos cadernos eleitorais, caso se justifique.

Artigo 5.º

Designação de representantes

1 - Os representante do Pessoal Não Docente ao Conselho Geral são designados de acordo com o referido nos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e em conformidade com o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima.

Artigo 6.º

Apresentação das listas e publicitação

1 – As listas de candidatos a representantes dos Pessoal Não Docente são apresentadas em impresso próprio disponível nos Serviços Administrativos da escola sede do Agrupamento.

2 – As listas devem conter, obrigatoriamente, o nome, e a rubrica dos candidatos, a qual determina a aceitação da candidatura.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

3 – As listas dos candidatos do Pessoal Não Docente são entregues até às dezasseis horas do décimo dia útil anterior ao dia das eleições, nos Serviços Administrativos da Escola sede do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, em envelope fechado, dirigido ao Presidente do Conselho Geral, com a menção de “Eleição dos Representantes do Pessoal Não Docente ao Conselho Geral”.

4 – As listas de candidatos podem indicar até dois delegados para acompanharem os respetivos atos eleitorais.

5 – As listas de candidatos do Pessoal Não Docente são verificadas, validadas, identificadas de A a Z, de acordo com a data e hora de entrega nos Serviços Administrativos, e rubricadas pelo Presidente do Conselho Geral.

6 – As listas de candidatos do Pessoal Não docente são afixadas no local mencionado na convocatória da Assembleia Eleitoral, até quatro dias úteis antes do ato eleitoral.

7 – Caso não tenham sido apresentadas listas, o processo eleitoral é imediatamente reaberto pelo Presidente do Conselho Geral.

Artigo 7.º

Mesa da Assembleia Eleitoral

1 – A mesa da assembleia eleitoral será constituída por um Presidente, dois Secretários e dois Vogais suplentes, designados pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima.

2 – A eleição/designação dos três elementos efetivos (um presidente e dois secretários) e três suplentes que assegurarão o funcionamento da mesa de voto do Pessoal Não Docente, decorrerá em data a fixar em função da calendarização prevista.

3 – Para a mesa da Assembleia Eleitoral, não poderá ser designado qualquer elemento que integre as listas candidatas ou seus representantes.

Artigo 8.º

Convocatória da assembleia eleitoral



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

1 – A Assembleia é convocada pelo Presidente do Conselho Geral.

2 – A convocatória é afixada na escola sede do Agrupamento, com a antecedência mínima de cinco dias úteis relativamente à data do ato eleitoral.

Artigo 9.º

Mesa de voto

1 - A mesa de voto do Pessoal Não Docente funciona ininterruptamente, durante sete horas, entre as nove horas e trinta minutos e as dezasseis horas e trinta minutos.

2 – O ato eleitoral realiza-se por sufrágio direto, secreto e presencial.

3 – Sempre que haja dúvida por parte de qualquer dos membros da mesa sobre a identificação de qualquer eleitor, poderá ser exigida a sua identificação através de documento atualizado contendo fotografia.

4 – Compete ao Presidente da mesa verificar o correto funcionamento do ato eleitoral e orientar os trabalhos da mesa.

5 – Na mesa devem permanecer todos os seus membros. Apenas nos impedimentos temporários, o presidente da mesa pode ser substituído por um dos secretários e estes podem, alternadamente, ser substituídos por suplentes.

6- Os delegados das listas integram as mesas de voto do respetivo corpo eleitoral como observadores.

7 – Cada eleitor deve higienizar as mãos antes de pegar no boletim de voto e depois de o colocar na urna. Deverá usar a sua própria caneta para efetuar a sua votação.

Artigo 10.º

Apuramento e divulgação dos resultados

1 – Na mesa de voto, o apuramento dos resultados é da competência do respetivo Presidente e Secretários, a quem compete a elaboração da ata, em impresso próprio, a qual será assinada pelos elementos da mesa.

2 – Aos delegados das listas que integram a mesa de voto é vedado participar na contagem dos votos e no apuramento dos resultados, mas podem assistir e assinar a ata do escrutínio.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

3 – Havendo mais de uma lista, a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

4 – Findo o ato eleitoral, deverá o Presidente da mesa proceder à entrega de toda a documentação ao Presidente do Conselho Geral, a fim de se proceder à sua homologação no prazo de três dias.

5 – Ao Diretor compete publicitar os resultados na Escola sede e na página eletrónica do Agrupamento.

Artigo 11.º

Reclamações

Todas as contestações ou impugnações ao ato eleitoral devem ser formalizadas, por escrito, junto do Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, no prazo de quarenta e oito horas após a publicação dos resultados eleitorais.

Artigo 12.º

Omissões

Para a resolução de eventuais casos omissos do presente Regulamento Eleitoral para os representantes do Pessoal Não Docente no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, aplicar-se-á, subsidiariamente, o disposto na legislação em vigor, naquilo que não se encontre especificamente referido no presente regulamento.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação em reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 23 de fevereiro de 2021

O Presidente do Conselho Geral



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO